



Enxugando o balanço

VALE TEM PREJUÍZO DE R\$ 44 BILHÕES EM 2015

Queda global no preço das 'commodities' afetou o resultado. Mineradora avalia vender ativos produtivos



Alívio

SOBRETAXA NA CONTA DE LUZ ACABA EM ABRIL

Graças ao aumento das chuvas, a bandeira tarifária nas tarifas de energia será suspensa após 15 meses em vigor

MUDANÇA NO PETRÓLEO

Injeção de ânimo

Nova regra do pré-sal pode trazer US\$ 420 bilhões em investimentos até 2030, diz Firjan

Ramona Ordoñez ramona@oglobo.com.br GLAUCE CAVALCANTI glauce@oglobo.com.br

A perspectiva de mudança na regra de exploração do pré-sal no Brasil pode viabilizar investimentos de US\$ 420 bilhões até 2030, segundo estudos da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). Anteontem, o Senado deu seu aval ao projeto de lei que desobriga a Petrobras de ser operadora única e de ter participação mínima de 30% nos consórcios dos campos do pré-sal. Para passar a valer, faltam ainda a aprovação da Câmara e, em seguida, a sanção presidencial. Especialistas afirmam que a nova regra val permitir, ao mesmo tem-po, que a estatal possa escolher como, quando e onde planeja investir — sobretudo num momento de fragilidade financeira — e destravar o processo licitatório para exploração de petróleo em áreas profundas. Segundo a Firjan, além de abrir a porta a novos investimentos, a mudança traria retornos so-cioeconômicos de mais US\$ 390 bilhões até 2030.

A Firjan se baseou nas estimativas atuais de 56 bilhões de barris de petróleo a serem explorados no pré-sal. O retorno socioeconômico equivale a participações governamentais, incluindo bônus de assinatura, royalties e recursos provenientes da comercialização do óleo excedente para União.

Os benefícios da mudança podem chegar no curto prazo, Segundo o Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), se aprovada, a nova regra possibilitaria inves-timentos de US\$ 120 bilhões, somente considerando o desenvolvimento de reservas já descobertas em blocos do pré-sal e com potencial estimado de dez bilhões a 12 bilhões de barris de petróleo.

 O desenvolvimento desses projetos está para do porque parte do óleo está em campos explorados no regime de concessão, e outros 20% a 30% estão em áreas contíguas ao pré-sal e não concedidas. Isso atrairá muitos investidores pois o petróleo já esisso atanta mantos investadores poiso percoreo ja esta descoberto — diz Antonio Guimarães, secretário-executivo do IBP. — A sanção da lei permitiria ao governo neste ano fazer um leilão ofertando áreas contíguas aos campos do pré-sal, que têm reservas de dois bilhões a três bilhões de barris

ALÍVIO PARA AS FINANÇAS DA PETROBRAS

Para especialistas, a aprovação do projeto viabi-lizaria destrancar a agenda de leilões de campos do pré-sal, mas também é vista como um movi-mento que preserva as finanças da Petrobras.

 A mudança na lei vai permitir que a explora-ção do pré-sal deixe de depender da saúde financeira da Petrobras. A estatal poderá eleger priori-



Expectativa. Navio-plataforma Cidade São Vicente: para analistas, mudança dará ânimo para a indústria

plano de negócios. Isso dá mais oxigênio à companhia, mostrando que o governo quer flexibilizar o processo e reduzir o monopólio no setor de óleo e gás, permitindo a participação de outras empresas — avalia o advogado Ivan Tauil, presi-dente da Comissão de Petróleo da OAB-RJ.

A advogada Sônia Agel, do L.O. Baptista-SVM-FA, contudo, alerta para a possibilidade de que a mudança permita interferência do governo na escolha dos blocos que a Petrobras quer explorar. Pelas mudanças aprovadas no Senado, a companhia terá 30 dias para dizer quais áreas tem interesse em explorar, antes da realização de um leilão.

O governo tirou a obrigatoriedade de ser operadora única. Mas a Petrobras terá autonomia para fazer isso? Ela vai poder escolher aonde vai entrar ou terá que cumprir o que o gover-no mandar? A gente sabe da grande interferência do governo nas decisões da companhia. Mas a medida é positiva — questiona Sônia.

Estudo sobre o potencial socioeconômico e de investimento do pré-sal elaborado pela Firjan destaca que a participação obrigatória da Petrobras como operadora vai na direção oposta ao posicionamento financeiro do Plano de Negócios e Gestão 20152019 da companhia, focado em redução do endivi- em outubro de 2015, a dívida superava R\$ 500 bilhões — e geração de valor para os investidores. Para fazer isso, a Petrobras deixou claro que não prevê investir em novas áreas exploratória

A decisão do Senado sinaliza a possibilidade do mercado se abrir a outros investidores. Torna o mercado mais saudável e traz demanda e oportunidades em investimentos — diz Karine Fragoso, gerente de petróleo, gás e naval da Firjan. — É um sinal positivo para a economia, para o setor e para investidores internacionais.

A reativação do setor de óleo e gás, diz Karine, é urgente. Em 2015, 24 mil postos de trabalho ligados ao setor foram fechados no Estado do Rio.

Segundo Carlos Capute, secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, 80% dos empregos perdidos no Rio de Janeiro no ano passa-do eram ligados à área de petróleo e gás:

 A nova lei é boa notícia para a Petrobras. para o setor e para a economia fluminense. É o momento para a abertura do setor. Se a câmara aprovar a lei, é preciso agilidade na definição de um cronograma de leilões, para que as empre sas interessadas em investir se preparem.

Para Carlos Abijaodi, diretor de Desenvolvimento

Opinião

ideológica do lulopetismo e aliados, o Senado aprovou projeto de lei de José Serra (PSDB-SP) que livra a Petrobras da obrigatoriedade de ser a operadora única no pré-sal e de deter no mínimo 30% de cada consórcio. Como a estatal não tem dinheiro para isso — desestabilizada pelo próprio lulopetismo -, a exploração da área está travada.

SEM ESSAS amarras, podem voltar os leilões no pré-sal. Bom para a empresa e o país. Que a Câmara tenha o mesmo bom senso e ajude a Petrobras e o Tesouro nesta cruzada contra as trevas do

Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o preço do barril de petróleo no mercado internacional, não é impedimento a investimentos:

Petróleo é negócio de longo prazo. Quem participar de licitação hoje vai tirar óleo dentro de co a oito anos numa concessão de 30 anos. O importante é oferecer segurança, regras claras e transparentes. Num momento de economia enfraquecida, isso é um ânimo para empresários e indústria.

Segundo Carlos Maurício Ribeiro, da Vieira Rezende Advogados, a mudança será muito boa para a Petrobras, que poderá priorizar seus investi-mentos nos projetos de maior rentabilidade:

 A Petrobras precisa priorizar gastos, não pode investir em tudo. Vai destravar um setor importante para a retomada do crescimento econômico e da geração de empregos

Fernando Villela, do Siqueira Castro Advogados, diz que a mudança abre mercado a investidores:

 Esse (novo) modelo traz um equilíbrio regulatório pois mantém o direito de preferência da Petrobras escolher as áreas que quer explorar, mas permite a exploração por outras empresas.

Projeto do pré-sal deve passar por nova maratona na Câmara, na página 20

Cruzada

APESAR DE toda a cegueira

nacional-populismo.